



Partido da classe operária

OPOSTA DE

N.º 106115 Cor
de Oliveira
Nacionalidade: Italiana
Nacionalidade: Italiana

Quotela. Casado ou
Solteiro Ela é
Lacrusche
(Nome e número)

Prof. anteriores
Prof. anteriores

(Número) São membros

Zona Estado Areas

Alves de 19
Alves

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Revista do Arquivo Público Mineiro

71

Raquel Aparecida
Pereira

Bandeiras vermelhas ocupam as ruas

A trajetória do Partido Comunista do Brasil na jovem capital mineira, durante o pós-guerra, traduziu-se numa luta pela ocupação do espaço público, e nele os comunistas se apresentavam como herdeiros de uma tradição revolucionária e portadores da esperança num futuro melhor.

ITÊ ESTADUAL
Minna Gorain

de nascimento
do? Via de
de da companhia
dência Isago do
ro. Karle on
issão atual
rica ou local de trabalho

6
(Rua)

Eleitoral N.º

eira Idlentidade N.º

ificado Militar N.

da entrada no P. C. B.

icato e que pertence.

ização Popular

Esportivo ou Recreativo

ido que pertenceu antes

> Em novembro de 1945, matéria publicada no jornal *Estado de Minas* caracterizava um comício realizado na Praça da Estação como “uma das maiores demonstrações políticas da história de Minas Gerais”, “um dos maiores comícios já realizados em Belo Horizonte”. Descrevia uma “multidão” de cerca de 70 mil pessoas¹ que se comprimiam na Praça Rui Barbosa:

A praça se achava quase que literalmente cheia, e, apesar da escassa iluminação, podia ver-se o povo se espalhando pelas adjacências. Homens, mulheres, velhos e crianças arremando as ameaças do mau tempo, conduzindo os seus guarda-chuvas e capas, esperavam o início do *meeting*.²

Mesmo considerando os exageros de um jornalista ávido por despertar o interesse de seus leitores, essa descrição não perde seu valor histórico. A luta contra a ditadura do Estado Novo em prol das liberdades democráticas fez renascer no cenário político o movimento de massas. Nesse contexto, o Partido Comunista do Brasil (PCB) se reorganizava, conquistando a legalidade, e voltava a agir, influenciando a vida política do país.

A manifestação na Praça da Estação destinava-se à promoção do candidato do PCB à Presidência da República – Yedo Fiúza –, nome que soava estranho aos ouvidos populares e era desconhecido do grande público. Diante disso, podemos nos perguntar: o que levou tamanha multidão à praça em tempo de chuva? Os convites divulgados e distribuídos na cidade destacavam a presença do “grande líder do povo”, Luiz Carlos Prestes. A popularidade de Prestes começou a ser construída já nos anos de 1930, mas a mitificação e o culto ao líder ganharam nova dimensão a partir de 1945. A história do “Cavaleiro da Esperança” confundia-se com a própria história do partido.

Ao analisar essa manifestação, podemos dizer que o fascínio por Prestes em muito colaborou para a reunião de grande parte dos populares ali presentes. A matéria

jornalística sobre o evento nos informa que o “líder do povo” falou de improviso, mas foi o suficiente para apresentar o candidato do partido, emocionar o público e arrancar aplausos da platéia. “A extraordinária ovação durou, seguramente, dez minutos”.³

Sem minimizar o valor do culto à personalidade de Luiz Carlos Prestes, esse evento deve ser compreendido num contexto de euforia democrática. Para muitos autores, a situação era inédita no país. Com todas as dificuldades, a democratização pós-1945 criou possibilidades legais e emocionais para uma nova cultura cívica que valorizava o envolvimento político, a associação e a expressão de insatisfações. A participação popular na política cresceu de maneira expressiva, percebida nas eleições e nas ações organizadas em partidos, sindicatos e associações. A ocupação de ruas, as passeatas, os comícios e outras manifestações realizadas por elementos revolucionários e conservadores foram eventos cotidianos nesse momento.

Em 1945, Belo Horizonte contava cerca de 230 mil habitantes.⁴ Assim, de acordo com a estimativa do jornal, aproximadamente 30% da população teriam comparecido ao comício na Praça da Estação. É evidente que o apelo do carisma de Luiz Carlos Prestes provavelmente tenha atraído muitos manifestantes de cidades vizinhas à capital. No entanto, por se tratar de uma manifestação comunista, os números são realmente expressivos de uma nova cultura cívica que se instalava com a democratização. Era uma quinta-feira à noite, não era feriado, o tempo prometia chuva e, mesmo assim, verdadeira multidão reuniu-se na praça para expressar seu desejo de participação na mudança dos rumos da política.

Imaginemos Belo Horizonte, uma cidade ainda desacostumada aos ares de metrópole introduzidos pelas reformas urbanísticas de Juscelino Kubitschek. Uma cidade habituada a discutir política em bares e recantos boêmios. Aqui, a política esteve, por muito tempo, restrita a pequenos grupos tradicionais, intelectuais, poetas e estudantes.

A multidão nas ruas e os embates políticos eram raros, sendo limitados aos eventos da Revolução de 1930. Esse fenômeno talvez possa ser atribuído à ausência de uma tradição de movimentos proletários na cidade. Os primeiros integrantes do Partido Comunista, em Belo Horizonte, eram, em sua maioria, alfaiates, ferroviários e jornalistas.

Identidade e tradição

Durante o período autoritário do Estado Novo os partidos foram excluídos da cena política brasileira. A liberdade de organização partidária, conquistada em 1945, possibilitou o aparecimento de um sujeito institucional e coletivo capaz de reunir pessoas em torno de um ideal essencialmente diferente dos demais partidos criados com a Lei Agamenon⁵ – o Partido Comunista do Brasil.⁶ Mesmo tendo sido criado em 1922, só com o processo de democratização o PCB participaria efetivamente de um sistema político-partidário. Esse foi um dos períodos mais importantes da história do partido, no qual pela primeira vez transformou-se num partido de massas. A capacidade de mobilização das manifestações políticas, como a da Praça da Estação, só pode ser compreendida tendo em vista o projeto político comunista.

Os discursos comunistas buscavam estabelecer uma “tradição revolucionária” na história brasileira, da qual seriam herdeiros.

É preciso lembrarmos, nós os mineiros, a lição inesquecível de Felipe dos Santos e Tiradentes. Os exemplos da Inconfidência permanecem vivos. Viverão sempre como um apelo da mais autêntica luta popular. E isso porque eles, tanto Tiradentes como Felipe dos Santos, foram sinceros filhos do povo e, como tal, nunca fizeram concessões a nenhuma espécie de miséria e de opressão. É o que se dá com o PARTIDO COMUNISTA DO

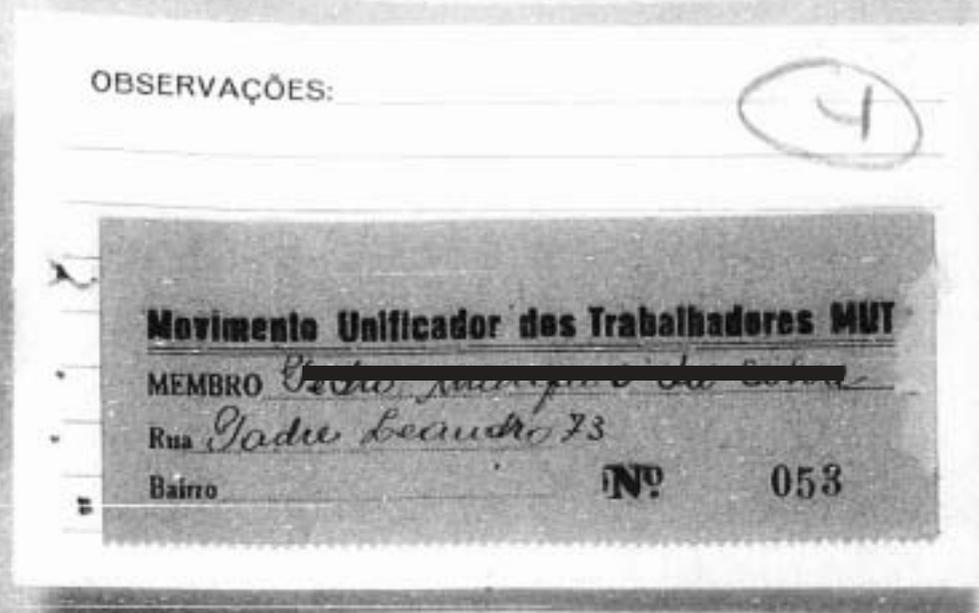
BRASIL, herdeiro direto das gloriosas tradições dos Inconfidentes [...] A vitória do vosso Partido é a vossa própria vitória. É a vitória dessa liberdade por que lutou Tiradentes e por que lutaram os valentes pracinhas da Força Expedicionária Brasileira.⁷

O partido, como força política, comporta a expressão de idéias e linguagens codificadas e exprime o conjunto de valores de determinada cultura política. Aparece como o lugar onde se opera a mediação política, estruturando uma espécie de ponte entre o mundo cotidiano e o campo do discurso. Os partidos são atores coletivos que se esforçam por reunir os homens em torno de uma ação comum sobre o poder ou a organização da sociedade (BERSTEIN, 2003).

Para além da força política do partido – neste caso, o Partido Comunista do Brasil –, um outro elemento se revela fundamental nos estudos de culturas políticas, a memória. Essa remissão à memória não se limita a relembrar o ocorrido, mas procura instalar a esperança de um futuro diferente. A memória não é somente celebrada, torna-se chave na formação da identidade e dos valores comunistas. Os comícios e manifestações assumem a forma de rituais públicos para afirmação de sua identidade.

Lutamos por um povo livre das doenças com assistência médica, acabado o analfabetismo e a miséria de nossos camponeses e empregados de fábricas, batemo-nos pela resolução do problema agrário e pela industrialização do país, dentro da ordem e tranquilidade, através de um Parlamento livremente eleito, obedecendo a Constituição verdadeiramente democrática.⁸

No contexto da democratização e inserido num sistema de pluralismo partidário, o PCB, consciente da necessidade de conquistar mais adeptos, advertia que seus objetivos, ainda que calcados em mudanças estruturais da



Documento de organização. Ficha de membro do Movimento Unificador dos Trabalhadores. Coleção Dops, rolo 029. Pasta 1281. Imagem 0466. Arquivo Público Mineiro.

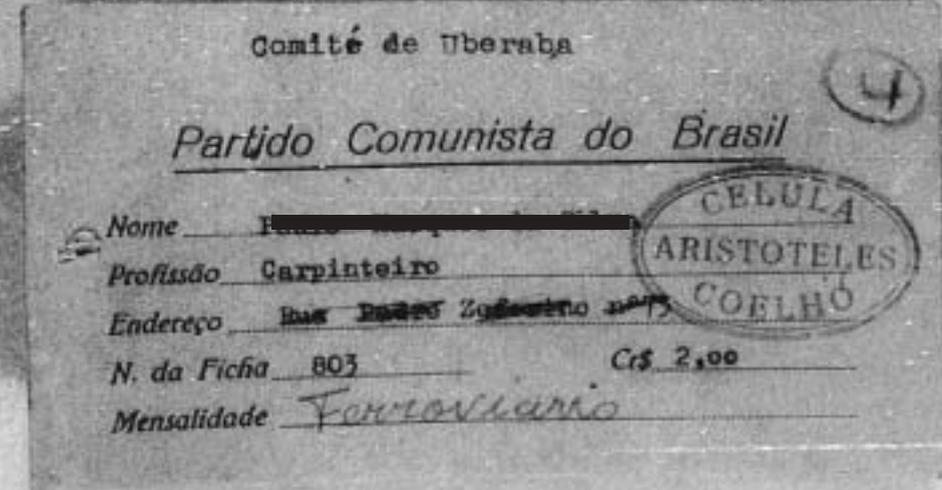
sociedade, seriam alcançados com base na ordem, na tranquilidade e no respeito à Constituição democrática. A partir de 1945, e devido à atuação efetiva de Prestes, o partido ampliou seus raios de alcance, atingindo setores da intelectualidade, camadas médias urbanas e oficiais militares. Tornava-se mais “popular” e menos “operário”, assumindo preocupações com questões nacionais, patrióticas e democráticas.

O socialismo não estava colocado na ordem do dia, mas era um objetivo no horizonte. O Estado democrático era visto como uma etapa da revolução, a qual estimularia o desenvolvimento do capitalismo de forma mais ampla, produzindo as bases necessárias à ação revolucionária.

A sensação de liberdade política e a euforia democrática não durariam muito tempo. Diante dos primeiros avanços da Guerra Fria e sob alegação de serem os comunistas ameaça à segurança nacional, instigadores de caos e desordem social, o Partido Comunista do Brasil (PCB) teve seu registro cassado em maio de 1947.

Já nos primeiros anos do governo de Eurico Gaspar Dutra, acirrado debate se desenrolou no Congresso com o intuito de instituir nova Lei de Segurança Nacional. Alegavam os parlamentares favoráveis à medida a necessidade de resguardar a democracia, de torná-la uma “democracia vigilante” que, diziam, teria “de defender-se contra os extremismos”. Apesar da grande movimentação entre deputados e senadores, a nova Lei de Segurança Nacional somente foi promulgada em 1953⁹ e o texto sofreu apenas algumas modificações em relação ao da primeira lei editada em 1935.¹⁰

A liberdade política, principal conquista democrática, não mais se estendia a todos. A construção da idéia de Guerra Fria fundamentou o discurso da segurança e da ordem, legitimando-o. As estratégias de dominação e os aparelhos de segurança já existiam – resquícios do Estado Novo – e, na nova conjuntura política, as justificativas apresentadas para o exercício do controle social receberam nova roupagem.



Documento de organização. Ficha de membro do Partido Comunista do Brasil, Comitê de Uberaba, Célula Aristóteles Coelho. Coleção Dops, rolo 029. Pasta 1281. Imagem 0466. Arquivo Público Mineiro.

A Guerra Fria legitimou a escolha do inimigo – o comunismo internacional. Não importava que o Partido Comunista estivesse apresentando um discurso de “ordem e tranquilidade”, cada frase dos líderes comunistas e cada acontecimento anterior foram resgatados de forma a reconstruir a imagem estereotipada de subversão a eles atribuída.

Um panfleto da Cruzada Brasileira Anticomunista distribuído nas ruas da capital mineira anunciava claramente o inimigo nacional. Ilustrado com cenas dos quartéis sabotados por ocasião da Revolta de 1935, fotografias de militares mortos em combate e uma imagem central do “Monumento às vítimas da Intentona”, nele se lia: “De pé Brasileiros!!! Que se extingam os ódios pessoais, políticos e militares, em favor da união contra o inimigo comum da pátria brasileira: o Comunismo!”.¹¹

Para além da intenção de denunciar o passado comunista, percebemos uma espécie de reivindicação da memória oficial do evento, no caso a rebelião militar

liderada pelo PCB em 1935. Tendo em vista o alcance e a difusão que o ideário comunista alcançara, tornava-se necessário asfixiar uma memória revolucionária e alimentar uma memória da traição, do luto e da tristeza. O povo brasileiro precisava se unir contra “o inimigo da nação”.

Clandestinidade

A partir de então, tem início uma violenta perseguição aos comunistas. Conseguiriam, nas sombras da ilegalidade, influenciar a vida política? Seriam possíveis a difusão e a manutenção de uma identidade política fundamentada na mudança das bases estruturais da sociedade? Atuariam eles no espaço público de maneira efetiva, ainda que sob máscaras ou disfarces?

Mesmo com as medidas repressivas adotadas, as ruas não pareciam pacificadas. Pouco adiantara o cancelamento do registro do PCB. Não bastara o fechamento de inúmeras associações supostamente controladas por

comunistas. O discurso formado de um povo brasileiro harmônico, contrário ao caos e à desordem, não conseguira conter a ocupação do espaço público pelas camadas populares. Sustentados pela Constituição, manifestações, comícios, passeatas traziam à tona o ímpeto participativo de parcela significativa da população. Questões cotidianas como tarifas de energia e outras menos imediatas, como a paz, mobilizavam os cidadãos.

Especialistas na história do PCB demonstram a permanência dos comunistas e a continuidade de sua atuação efetiva nos sindicatos e movimentos pacifistas na década de 1950. Os comícios e atos públicos permaneceram, ainda que disfarçados, sob as bandeiras brancas da paz. Iniciado em fins da década de 1940, o *Movimento pela Paz*, de caráter internacional, incorporou um conjunto de esforços pacifistas como a *Campanha pela Interdição das Armas Atômicas*, os apelos e protestos contra a aliança militar ocidental Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), pelo desarmamento geral, contra a Guerra da Coreia e o envio de soldados brasileiros para o conflito etc.

No contexto da Guerra Fria, o temor de uma nova guerra mundial povoava o imaginário dos comunistas brasileiros. Lutar pela paz não significava apenas desejá-la, mas permitir a criação de condições para sua realização. A campanha pela paz era associada a outras questões mais amplas e diversas. Em um exemplar do “Curso de Capacitação” promovido pelo PCB, encontramos, entre as lições sobre a estruturação do partido, métodos de autodefesa, instruções para a composição de núcleos e células, uma lição especial intitulada “A Luta pela Paz – Nossa Tarefa Central”.

A cartilha advertia sobre a necessidade de explorar as reivindicações mais sentidas em cada momento, em cada local, em cada setor, para ampliação do movimento pró-paz. Assim, a luta contra a carestia e por melhores salários era associada a uma luta mais ampla – pela paz. Os comunistas assim a definiam:

A luta de classe é a base inicial dos comunistas. Somos partidários conseqüentes da luta pela paz. Lutamos como revolucionários. Os comunistas tomam parte nas guerras justas, mas nas injustas lutam para transformá-las em guerras justas de libertação nacional. [...] Somos partidários revolucionários pela paz, até derrubar a burguesia imperialista que provoca guerras.

A luta contra a guerra é a luta contra o regime capitalista. [...] A paz será consolidada se o povo tomar o poder em suas mãos e só assim a guerra será evitada.¹²

Para o Partido Comunista, as lutas pelos direitos e pelas necessidades mais imediatas do povo brasileiro e, principalmente, a luta pela independência nacional deviam estar diretamente relacionadas à luta pela paz. Esta, aliada às reivindicações da classe trabalhadora, era tida como contribuição necessária à luta contra o capitalismo – promotor da guerra – e à vitória revolucionária do “povo brasileiro”. Mas o pacifismo dos comunistas era relativo, pois no horizonte estava a conquista do poder e a derrocada do imperialismo capitalista.

Na ilegalidade, o Partido buscou explorar todas as formas de participação legal por meio da tutela de movimentos de massa que lhe forneciam uma cobertura institucional. A grande imprensa e os órgãos de segurança não se cansaram de denunciar o *Movimento pela Paz* como parte integrante dos planos soviéticos para aumentar suas áreas de influência e espalhar o comunismo por todo o mundo.

“Democracia entre duas pragas” era o título de extensa reportagem publicada na revista *O Cruzeiro*, em abril de 1951. Lia-se: “Comunistas arruaceiros e policiais espancadores foram protagonistas de violento conflito em pleno centro de Belo Horizonte, jovem cidade provinciana em geral bem comportada, mas que já teve suas ruas e

Material de propaganda do Partido Comunista do Brasil durante a Assembleia Nacional Constituinte instalada em fevereiro de 1946. Coleção Docs. rob. 073. Pasta 4905. Imagem 1645. Arquivo Público Mineiro.

Mensagem de Luiz Carlos Prestes ao Povo de Minas

“Povo Mineiro”

São os seguintes os candidatos populares do pleito de 3 de Outubro próximo que merecem a minha confiança e para os quais solicito os vossos subálgios conscientes e esclarecidos.

Para Deputados Estaduais: Hilda Ferreira (Hilda Magalhães) e Luiz de Carvalho Bicalho.

Votai por Paz, Pão, Terra e Liberdade, fazendo vitoriosos os candidatos do povo.

Setembro de 1950

a) Luiz Carlos Prestes



Com mineiros!
São os seguintes os candidatos populares do pleito de 3 de Outubro próximo que merecem a minha confiança e para os quais solicito os vossos subálgios conscientes e esclarecidos.
Para deputados estaduais - Hilda Ferreira (Hilda Magalhães) e Luiz de Carvalho Bicalho.
Vote por paz, pão, terra e liberdade, fazendo vitoriosos os candidatos do povo.
Setembro de 1950
Luiz Carlos Prestes

colinas ensangüentadas e suas casas varadas de balas por causa de política".¹³

Diferentemente do comício realizado em 1945 na Praça da Estação, referido no início deste texto, caracterizado então como "a maior manifestação política da história de Minas", agora a política é tida como maléfica e provocadora do conflito. As questões políticas não cabiam em uma cidade pacata e provinciana como Belo Horizonte. O conflito e a diferença já não podiam fazer parte da nova conjuntura política, a euforia democrática era suplantada pelo discurso da ordem. Como uma doença deve ser extirpada para manter a integridade do corpo, o diferente devia ser eliminado para que se mantivesse a harmonia do corpo social.

Entretanto, acreditamos que a livre manifestação de idéias e o conflito decorrente da pluralidade de interesses seja expressão máxima da política. É no confronto com o outro que se estabelece a diferença e se cria a identidade dos grupos políticos. Para Hannah Arendt, o homem se distingue de seus iguais no espaço público que é, por essência, o espaço da política, através da ação e do discurso. Segundo Arendt, "a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens" (ARENDR, 1997, p. 189). Os comícios e manifestações são acontecimentos que nos permitem a análise apurada dos momentos em que as idéias são confrontadas na praça pública.

Conflito e espaço público

O Partido Comunista, pela natureza de sua atuação, criou espaços de conflito político e de debates ideológicos. A reportagem da revista *O Cruzeiro* referia-se a um comício programado para o dia 26 de maio de 1951 em prol da paz mundial, contra as bombas atômicas e contra o envio

de tropas brasileiras à Guerra da Coreia. As autoridades policiais proibiram a manifestação, sob a alegação de que a data escolhida seria um pretexto para as comemorações do aniversário do Partido Comunista do Brasil – 25 de março. Além disso, no mesmo dia tinha início a Conferência de Washington, que visava angariar o apoio dos países latino-americanos para a intervenção dos Estados Unidos na Coreia.

A proibição não impediu a realização do comício. Os organizadores consideraram a atitude policial ilegal, por contrariar a Constituição, e classificaram-na como "verdadeiro escárnio às liberdades democráticas".¹⁴ A proibição não evitou a ampla divulgação do evento. No dia e hora marcados, os manifestantes se aglomeravam no centro da cidade. Segundo os militantes,

a indignação se apossou de quantos ali se compareceram para exercer seus direitos de palavra e reunião, que longe, em lado oposto ao local onde estava programado o comício e mesmo talvez com intuito de evitar incidentes com a polícia, reuniram-se algumas dezenas de manifestantes em frente a igreja São José [...] Daquele ponto dirigiram-se os manifestantes para a esquina da Avenida Afonso Pena com rua da Bahia, onde novamente oradores se fizeram ouvir.¹⁵

Marcada anteriormente para realizar-se nas imediações da Feira de Amostras, a manifestação seguiu outro rumo. Os integrantes do movimento seguiram a Avenida Afonso Pena empunhando faixas e cartazes com dizeres alusivos à campanha pela paz. Segundo um jornal local, alguns militantes improvisaram comícios-relâmpago em pontos de grande movimento. Preferiam os pontos de bondes e outros locais onde o povo costumava ficar aglomerado.¹⁶

Era segunda-feira, e as ruas estavam movimentadas, com os trabalhadores retornando para suas casas. A estratégia usada pelos militantes para mobilizar as pessoas pode ser

melhor compreendida tendo em vista a conformação urbana de Belo Horizonte. As condições oferecidas pela principal avenida da cidade, onde se localizavam importantes bares e os principais pontos de bondes, foram apropriadas politicamente.

Eram apenas 300 pessoas partidárias da paz – número pequeno, se comparado à multidão presente no comício de Prestes, realizado em 1945 –, que à sua maneira ocuparam a avenida, gritaram palavras de ordem e mobilizaram trabalhadores, transeuntes, homens e mulheres em torno de suas idéias. O espaço público apresentava-se, dessa forma, como lugar de formação da opinião e vontade coletivas.

A despeito dos princípios apregoados pelos oradores, a polícia veio para a rua com ordens de dissolver, a qualquer preço, a manifestação "reconhecidamente de aspiração comunista". O confronto policial resultou em confusão, correrias, espancamentos, estampidos, pauladas, várias pessoas feridas, entre populares e policiais, e um guarda civil atingido mortalmente.

No dia seguinte, manchetes de jornais informavam os desdobramentos do *meeting* e a lista de feridos encaminhados ao Pronto Socorro da capital. Não se referiam aos civis envolvidos no conflito como manifestantes pela paz, mas sim como os "vermelhos", "soviets", "adeptos de Moscou", "agitadores comunistas" etc.

Mesmo demonstrando repúdio pelos comunistas, a grande imprensa não deixou de noticiar as arbitrariedades cometidas pelos policiais. Fotógrafos, que tentaram registrar o conflito, foram agredidos e tiveram suas câmaras danificadas. Muitos manifestantes foram espancados com cassetetes, inclusive, algumas pessoas que estavam apenas passando pelo local no momento do incidente. Um jornal local denunciou a condição de alguns investigadores policiais presentes no Pronto Socorro:

Fato grave, apurado nos corredores daquele hospital pela reportagem, é que vários policiais, notadamente investigadores que ali foram ter, exalavam forte cheiro de álcool, com demonstração evidente de se encontrarem embriagados.¹⁷

O desenrolar desses acontecimentos preencheu páginas de jornais, movimentou autoridades civis e policiais e prolongou-se por mais de dois anos numa disputa judicial. As repercussões da manifestação excederam o espaço/tempo do acontecimento, estabelecendo polêmicas e discussões acirradas desde sua organização e propaganda. Seus efeitos pairaram sobre a cidade muito tempo após o encerramento do evento.

A morte de um guarda civil tornaria esse comício singular na história de Belo Horizonte. O acusado de homicídio, Arthur Andrade, negou a autoria do crime durante todo o processo e a defesa alegou insuficiência das provas apresentadas. Mesmo assim, um ano após a morte do guarda civil Eliseu Mariano, uma série de homenagens à sua "atuação heróica" seria realizada nas dependências da Superintendência da Guarda Civil. Uma manchete de jornal registrava o acontecimento "em memória do guarda civil morto pelos comunistas".¹⁸

A cidade tornou-se cenário de uma disputa política, de um debate de idéias só permitido pela teia de relações que o ambiente urbano pode propiciar. As ruas são, por excelência, lugares de conflito e diversidade.

Herdeiros do futuro

A análise da atuação política do Partido Comunista do Brasil no espaço público, durante o período em que esteve na legalidade, permite-nos fazer algumas considerações. Tendo em vista sua inserção em uma sociedade extremamente conservadora e em um espaço público



Mensagem de Luiz Carlos Prestes ao Povo Mineiro, setembro de 1950. Coleção Dops, rolo 022. Pasta 02353. Imagem 0870. Arquivo Público Mineiro.

brasileiro ainda fortemente marcado pelo patrimonialismo, o PCB representou para muitos militantes a real possibilidade de mudança.

Os comícios, como rituais políticos de rememoração e disseminação de uma identidade, fornecem ao historiador verdadeiro arsenal simbólico usado pelos militantes na defesa de seus valores. No caso dos comunistas, eles se identificavam como salvadores, herdeiros de uma tradição revolucionária instituída nos primórdios de nossa história e preconizavam a esperança num futuro melhor.

Observamos que as idéias colocadas no debate público ultrapassaram os limites de seus objetivos imediatos, propiciando novas interpretações e usos possíveis. Impedido de manifestar-se publicamente, o Partido Comunista do Brasil encontrou formas de burlar as regras e participar efetivamente da cena política, mesmo que isso resultasse em confrontos com as forças repressivas.

A atuação do Partido não mais mobilizava multidões, até porque se realizava sob disfarces para ludibriar a ação policial. Mas continuava a exercer forte influência sobre os movimentos sociais.

A Associação Mineira pela Paz Mundial esclarecia à população belo-horizontina sobre sua legalidade em nota publicada no jornal Estado de Minas:

Atuando dentro das leis e, especialmente escudada pela Constituição Federal, a diretoria da Associação vem tomando todas as medidas para a livre realização da luta pela paz em Minas Gerais.¹⁹

Ao estabelecer alianças com outros movimentos políticos, o PCB não deixou de manifestar seus princípios e crenças na mudança estrutural da sociedade. Nota do Comitê Central do Partido publicada em 1956 dizia:

Lutemos pelas liberdades, em defesa da Constituição, pela anistia ampla, contra as brutalidades policiais, contra a carestia da vida, contra a arbitrária e abusiva elevação dos preços das passagens dos transportes urbanos, mas de forma organizada e sempre fazendo esforços para esclarecer as massas populares e a juventude estudantil a fim de que não se deixem enganar pelos seus piores inimigos nem se prestem a servir de instrumento para as manobras golpistas dos agentes do imperialismo norte-americano em nosso país. [...] O povo unido é muito mais poderoso que seus opressores e na atual situação do mundo tem tôdas as condições para libertar o Brasil do jugo imperialista norte-americano e conquistar um govêrno efetivamente democrático e popular que assegure a independência e o progresso do Brasil, a felicidade e o bem-estar para todos os seus filhos.²⁰

9. Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Define os crimes contra o Estado e a ordem política e social
10. Lei nº 38, de 4 de abril de 1935.

11. APM - Fundo Dops – Rolo 048, Pasta 3833.

12. *Idem*. PCB: Curso de Capacitação [1950?].

13. APM - Fundo Dops – Rolo 034, Pasta 1764.

14. Alegações da defesa. Processo pela morte do guarda civil Eliseu Mariano. APM-Fundo Dops – Rolo 034, Pasta 1764.

15. *Idem*.

16. Recorte de jornal. *Estado de Minas*, 27-03-1951. APM - Fundo Dops – Rolo 048, Pasta 3833.

17. Recorte de jornal. *Diário da Tarde*, 27-03-1951. APM - Fundo Dops – Rolo 034, Pasta 1764.

18. Recorte de jornal. *O Diário*, 27-03-1952. APM - Fundo Dops – Rolo 048, Pasta 3833.

19. Recorte de jornal. *Estado de Minas*, 03-07-1952. APM - Fundo Dops – Rolo 048, Pasta 3833.

20. *Nota do Presidium do Comitê Central do PCB*, 1956. APM - Fundo Dops – Rolo 048, Pasta 3833.

Referências

ARENDETT, Hannah. *A condição humana*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Por uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Org.) *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito*. Rio de Janeiro: Eduff/Mauad, 2002.

REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Os 'Combatentes da paz': a participação dos comunistas brasileiros na campanha pela proibição das armas atômicas (1950)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, 2003.

Raquel Aparecida Pereira é historiadora do Programa Monumenta/MinC e mestranda em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Notas |

1. Para se ter uma idéia da quantidade de pessoas reunidas na praça, basta imaginar um estádio de futebol, como o Mineirão, em dia de clássico. É, comparativamente, o mesmo público assistindo ao comício.

2. Recorte de jornal encontrado junto aos documentos do extinto Dops/MG. *Estado de Minas*, 29-11-1945 – APM - Fundo Dops – Rolo 073, Pasta 4905.

3. *Idem*.

4. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano VI - 1941/1945. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1946.

5. O Decreto-lei nº 7.586/1945, novo Código Eleitoral, ficou conhecido como *Lei Agamenon*, em homenagem ao ministro da Justiça Agamenon Magalhães, responsável por sua elaboração. Esse decreto restabelecia a Justiça Eleitoral e regulava em todo o país o alistamento eleitoral e a criação dos partidos políticos.

6. O PCB foi fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil – Seção Brasileira da Internacional Comunista. Somente em agosto de 1961 houve alteração em seus estatutos e sua denominação passou a ser Partido Comunista Brasileiro.

7. Mensagem produzida pelo PCB e distribuída a população. APM - Fundo Dops – Rolo 073, Pasta 4905.

8. *Idem*.